



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Por um acesso equitativo, posse segura e uso sustentável ao serviço da sociedade e economia moçambicana.

DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE DA REPÚBLICA, POR OCASIÃO DO LANÇAMENTO DO PROCESSO DE AUSCULTAÇÃO DA REVISÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE TERRAS

Cidade da Matola, 16 de Julho de 2020

Senhora Ministra da Terra e Ambiente;

Senhor Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural;

Senhora Secretária de Estado na Província de Maputo;

Senhor Governador da Província de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade da Matola;

Ilustres Membros da Comissão da Revisão da Política Nacional de Terras;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Permitam-me saudar a todos presentes e, por vosso intermédio, a todos os moçambicanos, do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Índico e na diáspora.

Estamos aqui para proceder ao lançamento da fase de auscultação no processo de Revisão da Política Nacional de Terras. O acto que hoje presenciamos é o prolongamento de um processo que iniciámos no nosso primeiro ciclo de governação, na 9ª. Sessão do Fórum de Consultas sobre Terras, realizada na Cidade de Maputo, em Novembro de 2017.

Dissemos na altura que a nossa Lei da Terra, que entrou em vigor em 1997, era uma das melhores leis de terra, mas tinha chegado o tempo de tornar o nosso quadro de gestão e uso de terra mais robusto e previsível e que respondesse aos actuais desafios e necessidades em termos de desenvolvimento, eficiência, equidade e sustentabilidade.

Desafiámos na altura aos membros do Fórum para reflectirem sobre a promoção dos investimentos usando a terra, a redução dos conflitos, a melhoria dos sistemas de acesso, posse, aproveitamento e gestão e administração de terras de forma a maximizar os interesses de todos, em particular das comunidades.

Hoje, passados dois anos e meio, estamos aqui para juntos iniciarmos uma fase crucial do processo, de auscultar as sensibilidades em resposta ao clamor do público, que nos chega de várias formas e da realidade que hoje se vive.

Pretendemos que a fase que hoje lançamos, termine com a adopção de um quadro de políticas e regulamentos sobre a terra que seja mais consensual e que promova avanços na nossa sociedade e na economia. Não queremos retroceder nesta nossa caminhada que iniciamos em 1975, ao libertar a terra e os homens.

Por esta razão, queremos, felicitar a todos membros da Comissão de Revisão da Política Nacional de Terras, pelo seu empenho nesta tarefa de todos nós, de cada vez mais melhorarmos o acesso, posse e uso da nossa terra.

Saudamos, igualmente, ao Ministério de Terra e Ambiente, pelo seu papel de facilitação deste processo do grande interesse público.

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Ilustres Presentes!

A actual Política Nacional de Terras e a correspondente legislação, em particular da Lei de Terras de 1997 são resultado de um enorme processo participativo de auscultação levado a cabo junto às comunidades locais.

A nossa Lei de Terras possui muitos méritos. Por exemplo, ela reconhece a participação das comunidades na gestão dos seus recursos naturais e torna obrigatória a consulta comunitária antes da concessão de posse de terras aos novos ocupantes que não são membros de uma determinada comunidade, reduzindo desta forma o número de conflitos.

A nossa lei valoriza as normas tradicionais de posse de terra, fazendo uma conciliação com os procedimentos e requisitos formais e burocráticos.

No entanto, embora por exemplo, a legislação esteja clara sobre a obrigatoriedade da consulta comunitária, a sua prática é, por vezes, problemática. Há coisas que estão a acontecer, contrariando os princípios estabelecidos. Existem, por exemplo, terras que são concessionadas a margem das normas.

Enquanto muitos procuram terras para investir, viver ou produzir, temos uma elevada quantidade de terras concessionadas, mas ociosas. Há casos de exclusão dos que possuem o direito natural de acesso à terra nos processos de tomada de decisão sobre posse, exploração e assentamentos. Temos também os especuladores de terras.

Registamos conflitos quando o reassentamento das populações não obedece o que foi estipulado ou acordado, incluindo os aspectos culturais das comunidades.

As instituições apresentam fraquezas institucionais e operacionais no acompanhamento dos processos e resolução dos conflitos.

Se, por um lado, conhecemos os desafios, por outro lado sabemos o que funciona e o que queremos sobre a terra.

Distintos Convidados!

Em resposta às nossas orientações que deixamos no Fórum de Terras de 2017, notamos com agrado que as autoridades que superentendem as terras, ao longo dos dois anos, muito fizeram para garantir a aquisição massiva de DUATs e a delimitação de terras dos camponeses.

Ao longo dos últimos 2 anos, dentre várias acções, através do Programa Terra Segura uma iniciativa que lançamos em Manhica, nesta Província, em 2015, as autoridades fizeram o registo e regularização de terra adquiridas segundo as normas e práticas costumeiras e em regime de boa-fé.

No âmbito deste programa, registámos cerca de 1 milhão e 602 mil parcelas de terras de ocupantes de boa-fé, emitindo no processo 477 786 títulos de DUAT, nas 10 províncias do país. Cerca de 37% das parcelas registadas, os titulares são mulheres.

Delimitamos um total de 690 comunidades locais, cobrindo pouco mais de 4.5 milhões de hectares, das quais um total de 583 comunidades receberam a certidão.

Na tramitação de pedidos de autorização de DUAT para actividades económicas e/ou sociais, registámos cerca de 11.3 mil novos pedidos de autorização de DUAT, correspondentes a cerca de 5.3 milhões de hectares de área e emitimos cerca de 7 890 autorizações provisórias. Cerca de 3 211 pedidos de autorização provisória transitaram em autorizações definitivas.

Durante o mesmo período, fiscalizámos cerca de 6.5 milhões de hectares. Desta fiscalização, constatámos que cerca de 1.3 milhões de hectares encontram-se em situação de não aproveitamento e estão a decorrer actos administrativos com vista à reversão da área não aproveitada a favor do Estado.

Ainda, devido ao incumprimento dos planos de exploração, extinguimos um total de 74 DUATs correspondentes a cerca de 7 780 hectares, reverteram a favor do Estado.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Moçambique mudou e vai continuar a mudar porque os processos são dinâmicos no mundo.

Com a presente reforma queremos responder aos desafios da consolidação das estruturas da economia de mercado, o aumento do número de habitantes perante um recurso natural não renovável, as mudanças climáticas, necessidade de compensação da biodiversidade, a emergência dos megaprojectos, e o acelerado crescimento da população urbana.

Estes desafios que não podemos ignorar devem merecer a nossa atenção. Temos que enfrentá-los de forma sábia, alinhada e consensual.

Desde que assumimos o compromisso de avançarmos com a reforma do quadro legal e institucional de terra, o Governo ficou com a tarefa de guiar o processo, incluindo garantir uma auscultação pública mais alargada e abrangente.

A partir de hoje, iremos ao terreno com o objectivo de ouvir os cidadãos, as famílias, as comunidades locais, as empresas, as organizações cívicas e religiosas, a academia e outros, nas povoações, no distrito e na província, nas cidades e vilas e em todos os quadrantes, sobre como devemos melhor aproveitar este nosso recurso mais precioso - a terra.

Este exercício está sendo conduzido pela “Comissão de Revisão da Política Nacional de Terras” que integra personalidades de reconhecido mérito e com conhecimentos e experiência na área de terras e questões afins, provenientes do mundo académico, empresarial e da sociedade civil.

O trabalho desta honrosa Comissão está relativamente facilitado porque o ponto de partida ou as balizas principais já foram estabelecidas. Estes parâmetros são:

Primeiro, o Estado Moçambicano continuará a ser o proprietário da terra e os outros recursos naturais;

Segundo, todos os moçambicanos têm direito de acesso à terra e,

Terceiro, os direitos adquiridos pelas famílias e comunidades locais deverão sempre ser protegidos.

Estas são as três e principais premissas dos debates, enquanto o resto dos assuntos pode ser mexido. Este pilar vem do comando constitucional e dos consensos alcançados.

Não vamos dificultar e nem excluir a ninguém no acesso de uso e posse da terra. Pelo contrário, deveremos conceber e implementar mecanismos que facilitam o gozo pelos moçambicanos deste recurso base da vida e bem-estar dos moçambicanos.

Não queremos ver trazido um cenário em que as famílias e comunidades locais percam suas terras porque as autoridades atribuíram a novos ocupantes, sejam investidores privados ou públicos. Pelo contrário, teremos de trazer, na nova lei mecanismos que evitem tais situações. E, quando as mesmas tiverem necessariamente que acontecer, tal deverá significar uma bênção e nunca uma maldição para as famílias abrangidas. Moçambique é também destas famílias!

Os investimentos, por nacionais ou estrangeiros, enquanto muito bem-vindos, não devem significar perdas para os locais.

Caros Compatriotas,

Partindo das premissas que acabámos de nos referir e, tomando em consideração as áreas problemáticas registadas, podemos apontar algumas expectativas do cidadão em relação ao produto final deste processo de auscultação pública que hoje lançamos.

Em termos legislativos, no fim deste exercício, o povo espera ver um quadro legal e institucional ajustado à nova dinâmica social e económica que promove o direito de uso e aproveitamento da terra que responda melhor às expectativas de todos.

O quadro a ser proposto deve responder às preocupações dos cidadãos, individualmente ou em grupo, às empresas e de todos outros interessados.

Os moçambicanos querem conviver com um regime legislativo sobre a posse de terra mais previsível e seguro no contexto actual da economia de mercado, um regime justo que promova investimentos com base na terra.

A nova política de terras em elaboração e a subsequente legislação devem preencher as actuais lacunas da ligação entre o uso e aproveitamento da terra e o acesso aos recursos naturais e a sua exploração sustentável.

Os arranjos institucionais de gestão e administração da terra devem adequar-se aos actuais processos de descentralização da administração do país. O processo deve fornecer respostas sobre como desburocratizar a administração da terra, tanto ao nível das entidades do Governo central como das entidades provinciais, distritais e municipais.

Temos que enquadrar o processo de gestão e administração da terra no contexto do novo figurino da descentralização.

Queremos conviver com um quadro legal e operacional que:

- (i) estanque o açambarcamento de terras;
- (ii) a especulação e corrupção;
- (iii) que reduza o risco de conflitos;
- (iv) que combata a existência de terras ociosas; e
- (v) que reforce, em particular a protecção dos direitos das comunidades locais, em especial da mulher nas zonas rurais e dos jovens.

Queremos ver um quadro legal e institucional de aproveitamento e uso deste bem e património comum que serve para dinamizar o desenvolvimento das comunidades. Não queremos ver um quadro institucional sobre a terra que enfraquece os mecanismos de consultas comunitárias e outros ganhos até agora obtidos. O novo quadro, deve acrescentar valor ao actual.

No Programa Quinquenal do Governo 2020-2024, a nossa estratégia no sector da agricultura é de transformação e modernização em toda sua cadeia de valor.

Nisso, pretendemos um maior envolvimento do sector privado para aumentar a produção e produtividade e, assegurar uma maior integração dos produtores nacionais com os mercados nacionais e internacionais. O nosso objectivo é de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional, criar mais empregos e aumentar a renda das famílias e do país.

Por isso, desde que assumimos o compromisso, no Fórum de 2017, de avançarmos com a reforma, hoje voltamos a reafirmar que queremos ver uma Política de Terras que estimule e viabilize o investimento privado no sector de terras.

Precisamos de procurar conferir uma maior consistência e significado prático ao direito de uso e aproveitamento da terra, o DUAT, no âmbito da economia de mercado, debatendo a sua transmissibilidade para o benefício de todos, para fortalecer as finanças das famílias, comunidades locais e do próprio Estado.

Uma outra questão a ser levada à auscultação pública é sobre a necessidade de se clarificar o conceito de comunidade local e seu reforço como um importante mecanismo para a garantia efectiva da posse de terra pelos cidadãos e famílias rurais e das zonas peri-urbanas.

Que soluções práticas devemos trazer que contribuam para o alargamento e garantia dos direitos da mulher moçambicana sobre a terra, incluindo no controlo por esta dos resultados económicos decorrentes do seu uso e aproveitamento.

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Caros Membros da Comissão da Revisão da Política de Terras!

Queremos exortar aos membros da **Comissão de Revisão da Política Nacional de Terras** e à direcção do **Ministério da Terra e Ambiente** no sentido de conduzir um processo de auscultação, como já o dissemos, de forma mais transparente e inclusivo para conferir uma maior legitimidade às soluções que venham a ser trazidas nos instrumentos finais de política e legislação.

O produto final deve servir os interesses dos Moçambicanos. Os moçambicanos contam com a vossa prestigiada contribuição.

Finalmente, a pandemia da COVID-19 ainda está connosco e porque o país não pode parar, apelamos que, nos encontros a serem realizados, tudo seja feito para garantir a observância escrupulosa das recomendações do sector da Saúde para evitar a propagação do novo coronavírus. Sobre este tema, voltarei a pronunciar-me no final do dia de hoje.

Apelamos a todos os compatriotas para que participem de forma activa e patriótica, emprestando a sua experiência, o seu saber e criatividade para que tenhamos uma Política Nacional de Terras e uma Lei de Terras com as quais todos nos identificamos e nos revemos.

E com estas palavras, DECLARO LANÇADO O PROCESSO DE AUSCULTAÇÃO PÚBLICA SOBRE A REVISÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE TERRAS E CORRESPONDENTE LEGISLAÇÃO!

Muito obrigado pela atenção dispensada!